

FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adunicamp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.

Ato público do dia 12/07/05, na ALESP, pela sanção integral da LDO

Conforme programado, realizou-se nesta terça-feira (12/07/2005) mais um ato em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Apesar de estarmos num mês em que os alunos estão em férias, e também grande parte dos docentes e servidores, estavam presentes aproximadamente 200 pessoas das três Universidades, dando a sua indispensável contribuição para a nossa luta.

Antes do início do ato, o Fórum das Seis procurou o Deputado Edmir Chedid, relator da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) da ALESP, na tentativa de contribuir para melhorar a precisão do texto aprovado em plenário (caput do artigo 4 e parágrafos 2 e 7), de forma a assegurar que o espírito da lei estivesse plenamente contemplado na letra da lei. Infelizmente, apesar das tentativas do relator, houve forte resistência, principalmente por parte dos deputados Edson Aparecido (PSDB) e Vanderlei Macris (PSDB), que, ao que pareceu, não se dispuseram sequer a discutir minimamente as sugestões de mudanças que visavam a conferir ao texto final uma maior sintonia com a proposta vencedora no Plenário da ALESP.

Às 15:00 horas teve início o nosso ato, ao qual compareceram diversos parlamentares, cujas atuações foram de fundamental importância para que conseguíssemos a aprovação de uma LDO que contemplou avanços significativos para a educação pública e para as Universidades Estaduais Paulistas e para o CEETEPS. Entre eles estavam os seguintes deputados(as): Caldini Crespo (PFL), Presidente da COF; Edmir Chedid (PFL), relator da COF; Renato Simões, Líder do PT, Mário Reali (PT); Maria Lúcia Prandi (PT); Enio Tatto (PT); Nivaldo Santana, líder do PC do B; Ana Martins (PC do B) e Romeu Tuma (PMDB).

O objetivo principal deste ato foi desencadear a construção de uma barreira de proteção política aos avanços contemplados nesta LDO, uma vez que, diferentemente do que nos havia sido dito anteriormente, está sujeita a VETO do Governador Geraldo Alckmin.

Todos os que fizeram uso da palavra ressaltaram que contribuíram para a nossa vitória, até momento: o engajamento do CRUESP, o comportamento independente da ALESP e, principalmente, a nossa permanente mobilização, sem a qual não teria sido possível aprovar uma LDO que acolheu várias reivindicações do movimento social organizado. Resta agora garantir que o Governador do Estado de São Paulo não use o seu poder de veto e frustrar este importante momento em que o Poder Legislativo foi sensível às demandas sociais legítimas por um maior investimento no ensino fundamental e médio, e pelo não sucateamento das Universidades Públicas Paulistas.

Na esperança de que se juntem às nossas as pressões daqueles que entendem a importância da educação pública e da contribuição da USP, UNESP, UNICAMP e CEETEPS na construção da riqueza material e humana para o Estado de São Paulo e para o Brasil, tornamos públicas as nossas apreensões quanto à possibilidade de que o Sr. Governador Geraldo Alckmin vete as chances do cidadão paulista e brasileiro de ter um futuro mais digno, e **conclamamos** a todos para que exerçam, através dos meios legítimos de que a cidadania dispõe, a sua prerrogativa de pressionar o Governador do Estado de São Paulo para que não vete aquilo que avançamos no sentido de melhorar a educação pública e de preservar as três Universidades Paulistas e o CEETEPS, que constituem um patrimônio de valor inestimável do povo do Estado de São Paulo, o que, de resto é uma obrigação de quem governa este Estado.